

V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo
I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo
15, 16 e 17 de setembro de 2010 - Rio de Janeiro/RJ

Movimentos Sociais: Caminho Para A Exigibilidade Do Direito Humano À Alimentação Adequada

Juliana Arruda¹

Renato Maluf²

Raphaella Santos de Souza³

Giuliano da Silva Ribeiro⁴

Resumo

Este artigo discute a atuação da Pastoral da Criança (PC) na construção e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município do Rio de Janeiro. O objetivo é analisar como as coordenadorias da PC participam ou estimulam a SAN de uma forma relevantes na Região de Pedra de Guaratiba, a partir da categorização enquanto movimento social. A progressiva incorporação das temáticas da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na agenda política do Brasil é resultado tanto da realização de ações concretas por parte dos governos e de organizações da sociedade civil, como de uma permanente tensão entre Estado e Sociedade nessa área. Nesta abordagem metodológica a técnica de análise escolhida para o trabalho em questão foi a de estudo de casos. O trabalho foi dividido em dois momentos, a fase exploratória de Setembro de 2009 a Janeiro de 2010 e a pesquisa de campo no período entre Janeiro e Fevereiro de 2010, com a realização de entrevistas junto 40% das famílias das atendidas pelo grupo no sub-bairro Capoeira Grande de Pedra de Guaratiba, que foram escolhidas em função da sua relação com as atividades de AU. Através das análises foi possível observar que apesar do constante debate na esfera política e acadêmica e da politização da SAN, AU e DHAA e dessas discussões estarem incorporadas no discurso da PC, estas não refletem na construção social das famílias estudadas, que não conheciam os conceitos institucionalizados nas políticas públicas. Contudo é impreterível que a sociedade civil se organize para discutir e propor ações efetivas na busca pela concretização de políticas públicas de SAN e AU que tenham como pressuposto o acesso a alimentos de boa qualidade em quantidades suficientes para o bom desenvolvimento humano.

Palavras-Chave: Pastoral da Criança, Segurança Alimentar e Nutricional.

¹ Graduada em Licenciatura em Ciências Agrícolas pela UFRuralRJ (2004) e mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNICAMP (2006). Atualmente é doutoranda no programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRuralRJ. arruda@ufrj.br

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Metodista de Piracicaba (1973), Mestre (1976) e Doutor (1988) em Economia pela UNICAMP. Atualmente é Professor Associado II do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), onde coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), integra o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).

³ Discente do Curso de Agronomia da UFRuralRJ, Bolsista de Iniciação Científica/FAPERJ. Atualmente é estagiária da empresa Holos Ambiente onde participa de atividades de desenvolvimento de projetos socioambientais.

⁴ Discente do Curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo discute a atuação da Pastoral da Criança (PC) na construção e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município do Rio de Janeiro. Foi construído com base na pesquisa de campo do projeto de iniciação científica denominado “Identificação dos Atores Sociais que Participam ou Estimulam Ações de Agricultura Urbana Relevantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, que contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O objetivo era analisar e acompanhar as coordenadorias da PC que participassem ou estimulassem a SAN de uma forma relevantes na região de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro.

As pessoas marginalizadas têm um desafio atual, mais acentuado nas grandes metrópoles, gerado pela má distribuição de renda do país, com isso grupos sociais buscam métodos para se organizar e conseguir apoio para que as mazelas geradas, como exemplo, fome, desnutrição e obesidade, sejam minimizadas, e assim possam se alimentar de uma forma adequada sem comprometer outras necessidades essenciais para o desenvolvimento integral do ser humano.

O artigo será dividido em cinco sessões, a primeira trazendo o referencial da construção dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); a segunda constituída pela caracterização da Pastoral da Criança e sua categorização enquanto movimento social; a terceira com a descrição metodológica da pesquisa de campo; a quarta elaborada a partir das discussões dos resultados da pesquisa; e a quinta em que foram destacados pontos conclusivos do trabalho, além de sugestões a outros pesquisadores que queiram desenvolver estudos sobre a temática.

1 - Segurança Alimentar e Nutricional & Direito Humano à Alimentação Adequada

O conceito de SAN está em constante construção e tem relação direta com acesso a alimentos básicos. Possuindo uma vertente alimentar e outra nutricional com ações e estratégias que buscam a garantia do DHAA. Pensando também na proteção dos meios produtivos, qualidade do alimento, meio ambiente, cultura local, dentre outras, para futuras gerações e plenitude, remetendo assim uma dimensão de sustentabilidade (VALENTE et al., 2007). A SAN é um problema mundial, que compromete a saúde de tantas pessoas no mundo, principalmente crianças de zero à seis anos, sendo esta a idade em que a criança é mais vulnerável e corre maior risco de vida.

Em 2005, segundo dados da FAO, 852 milhões de pessoas sofriam de fome crônica (90% crônica e 10% gravemente desnutridas) nos países em desenvolvimento. Esse número inclui cerca de 37 milhões de pessoas em países industrializados, vivendo em condições de extrema pobreza. O relatório daquele mesmo ano mostra uma tendência de crescimento no número total de subnutridos nos últimos anos (VALENTE et al., 2007).

As grandes manifestações de insegurança alimentar mais graves, tanto no Brasil como em qualquer outro lugar, e que precisa de um enfrentamento imediato são a fome e a desnutrição (MALUF, 2007). Porém em relação à fome existe um forte debate público, por que antes de dar uma definição relativa à insuficiência ou à ausência de calorias no organismo, há que se classificá-la. Dentre os diferentes significados de fome, a fome classifica-se da seguinte forma: a fome aguda, que equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite; a fome oculta, que é o resultado de falta de nutrientes básicos para o equilíbrio do organismo e; as fomes crônicas, permanentes, ocorrem quando a alimentação diária, habitual não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano (SILVA, 2008).

Dentre as formas de desnutrição a mais grave é a desnutrição infantil crônica e, em menor grau, a desnutrição aguda, também sem inquéritos regulares e atualizados. Maluf (2007) compara os resultados de pesquisas distintas realizadas pela ENDEF⁵ em 1975 e pela PNSN⁶ nos anos de 1989 e 1996, que revelam um declínio de cerca de 1/3 na prevalência de retardo de crescimento em crianças menores de cinco anos no período 1989-1996, porém 10,5% delas ainda se encontravam nesta condição em 1996. No entanto segundo Maluf (2007) deve-se observar que não foram fatores econômicos como o emprego e a renda familiar as causas principais do declínio na incidência da desnutrição infantil desde a década de 1970, pois entre elas se destacam a evolução da escolaridade, a ampliação do saneamento básico e a maior cobertura dos programas de saúde.

Além de considerar o aumento da formação de grupos sociais, como a Pastoral da Criança dentre muitos outros que estão ganhando força hoje em dia, por que diminuem a dificuldade da comunidade em obter alimento de boa qualidade em quantidades suficientes sem comprometer outras necessidades essenciais para manutenção da sua qualidade de vida.

⁵ Estudo Nacional de Despesa Familiar.

⁶ Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição.

Segundo Menezes (1999) as causas da insegurança alimentar são muitas e de diferentes ordens e está vinculada à diferentes parcelas da população brasileira. Existe uma causa fundamental para a insegurança alimentar no Brasil: a incapacidade de acesso. Essa incapacidade se dá especialmente pela falta de poder aquisitivo de uma parcela considerável da população para adquirir os alimentos que necessita. A falta de acesso aos serviços públicos (água, esgoto, educação e saúde) e a falta de informação também tem impactos sobre a segurança alimentar e nutricional.

Já Monteiro e Mendonça (2004) dizem que a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos, em razão dos baixos níveis de renda familiar e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais. E para que a homogeneização dos hábitos alimentares seja reduzida é necessário uma reeducação alimentar das pessoas, para que seja garantido o direito humano do cidadão a se alimentar adequadamente.

A partir deste breve levantamento pode-se notar que oferecer alimentos saudáveis em quantidade adequada para as pessoas não é o suficiente para retirá-las de um possível estado de insegurança alimentar⁷, mas sim uma orientação as famílias do que é saudável sobre os diversos tipos de alimentos que elas dispõem.

Para Valente et al. (2007) o direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

E através da disponibilidade das informações sobre a SAN, principalmente as relacionadas com o aumento dos índices de mortalidade infantil – ocasionados pela falta de uma alimentação adequada – dificuldade de acesso físico e econômico dentre outros,

⁷ Ao afirmar que determinado grupo ou indivíduo está em estado de segurança alimentar e nutricional, considera-se que este grupo ou indivíduo está tendo acesso a alimentação e nutrição adequadas e está tendo plenas condições de aproveitar, em termos fisiológicos, os alimentos ingeridos. Ou seja, está saudável e vivendo em um ambiente saudável (VALENTE et al., 2007).

torna-se necessário instrumentos legais que concretizem ou que estabeleçam diretrizes de atuação para a realização de ações.

E neste sentido o Brasil deu um passo importante quando a partir da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e com ampla participação de representantes do governo e da sociedade civil, aprovou, em setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que representa um grande avanço para a exigibilidade do DHAA, reafirma as obrigações do Estado de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA e explicita as obrigações de informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização desse direito. Dispõe, ainda, que é dever do poder público garantir mecanismos para que esse direito possa ser exigido perante os órgãos públicos.

A Lei prevê a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) como um forte componente do DHAA, ou seja, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, que formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o DHHA. Estabelece ainda que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deve ter como objetivo a garantia do DHAA, bem como ser formulada e implementada através do SISAN.

É sempre importante reafirmar que o DHAA está indivisivelmente ligado à dignidade humana, à justiça social e à realização de outros direitos (direito à terra para nela produzir alimentos, ao meio-ambiente equilibrado e saudável, à saúde e à educação, à cultura, ao emprego e à renda, entre outros). Isso aponta claramente para a necessidade de políticas e programas públicos que tenham como princípio a intra e a intersectorialidade, para que se possa promover a conquista dos direitos humanos (VALENTE et al., 2007).

Segundo Paganini (2004) as políticas de SAN, já mencionadas anteriormente, têm por objetivo assegurar o DHAA como parte fundamental do direito à vida. Esse direito deve ser assegurado pelo Estado por meio da garantia a todos os cidadãos do acesso a uma alimentação de qualidade e regularidade adequada em todas as fases da vida. Na busca pela melhor forma de recorrer aos direitos que devem ser realizados pelos gestores públicos, é importante que seja levado em consideração o processo (como é feito) e o resultado (o que é feito).

Para Valente et al. (2007) é fundamental que práticas que promovam o DHAA considerem os princípios que se relacionam com esse direito e, assim, superem práticas paternalistas, assistencialistas, discriminatórias e autoritárias. Portanto, para promover a realização do

DHAA é fundamental que a execução e a implantação das políticas, programas e ações públicas (o que é feito) e seu delineamento, planejamento, implementação e monitoramento (como é feito) sejam garantidos por um processo democrático, participativo, inclusivo, que respeite as diferenças e diversidades entre os seres humanos.

Desta forma, pensar uma parceria entre o poder público local (prefeituras ou subprefeituras) e as entidades locais atuantes na região, podem ter como resultado a formação de Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN) (MARQUES e COSTA, 2005). Funcionando como irradiadores de atividades e discussões a respeito da segurança alimentar e nutricional e participação cidadã, com o objetivo de formular e implementar uma política local de SAN, para que as pessoas saibam como se alimentar adequadamente.

Atuando também como um fórum de Educação Cidadã⁸, que procura realizar práticas formativas para estimular a participação da comunidade nos espaços públicos de sua região, conhecer e reivindicar os direitos sociais e participar ativamente na formulação e implementação de políticas públicas locais. Com isso adquirindo as informações necessárias para saber recorrer aos seus direitos e realizar seus deveres relativos à alimentação.

Para a implantação desse Centro seriam necessárias: a mobilização e a organização da sociedade civil, para que seja estabelecido o papel de cada um dos autores na realização do trabalho; a organização da rede de Segurança Alimentar e Nutricional, pois será imprescindível um espaço de trabalho, reuniões e formação do CRSAN para que seja discutido os problemas e as prioridades da região, a fim de solucioná-los; um fluxo de informações e ações desenvolvidas visando uma proteção social de famílias em situação de risco, mas isso demanda um planejamento conjunto entre as entidades sociais e o poder público local.

No espaço urbano, as políticas e programas de segurança alimentar envolvem um conjunto variado de ações tanto no sentido de enfrentar carências nutricionais como no de assegurar a qualidade dos alimentos e de tornar mais saudáveis os hábitos alimentares.

¹ Educação Cidadã é proposta por um movimento que contribua para a formação de uma nova cidadania, com eixos como gestão democrática e princípios de convivência. Isso implica em que a educação seja do acesso de todos e, mais importante, tenha qualidade e respeite as diferenças culturais e regionais (EDUCAÇÃO CIDADÃ, 2009)

Para Dalton e Kuechler, citados por Santos (1999) movimento social é “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas”.

Isso se torna relevante quando analisado no começo da década de 1980, a sociedade brasileira desencadeando processos de debates, definição de conceitos, mobilização e implementação de políticas e medidas de SAN, rumo ao DHAA. O foco do debate era que a alimentação deixasse de ser considerada obra de caridade ou que fosse utilizada por motivações políticas, e passasse a ser entendida como um dever do Estado de garantir esse direito. Ao longo desses vinte anos de história, o Brasil conseguiu com criatividade e ações multissetoriais incluir, aos poucos, o tema na agenda pública nacional.

Assim a manutenção da alimentação adequada das pessoas, principalmente as mais carentes que não possuem o acesso financeiro, passaria a não ser vista como um favor e sim como um dever que o poder público tem a cumprir. Para Valente et al. (2007) isso ocorre porque a falta de informação sobre os direitos do cidadão contribui para que as ações públicas não sejam reconhecidas como forma de cumprimento de deveres e realização de direitos passíveis de serem exigidos.

Exigibilidade é, portanto, a possibilidade de exigir direitos perante os órgãos públicos competentes nacionais e internacionais. No conceito de exigibilidade está incluído, além do direito de reclamar, o direito de obter uma resposta e uma ação desse poder, em tempo oportuno. Na prática, não se pode falar em Direitos Humanos sem que hajam mecanismos de exigibilidade disponíveis para exigí-los (VALENTE et al., 2007).

Além de mecanismos para exigibilidade, Heck (2004) alega em seu discurso que para se chegar à milhões de pessoas necessitadas não basta apenas fazer reuniões e debates entre os estudiosos, mas sim interagir com as famílias, o que significa ter equipes preparadas em todos os lugares. E isso exige uma articulação interna ao governo, com diferentes órgãos e setores governamentais, especialmente os da área social e os que implantam políticas públicas. Esse esforço, no entanto, exige uma articulação com os setores organizados da sociedade, como os Consea's nos diferentes níveis, com o Fórum Brasileiro de SAN, com os movimentos sociais e o sindicato. Ou seja, é preciso construir um verdadeiro mutirão cívico e social de massas, envolvendo milhões no resgate da cidadania, auto-estima do povo e na construção da dignidade humana.

Isso se confirma ainda mais quando Aranha (2004) diz que os desafios colocados na construção de uma política de SAN, se dão por que essa área é historicamente muito

vinculada ao assistencialismo e pelo pouco conhecimento da população da amplitude que envolve essas políticas, correndo sempre o risco de serem reduzidas a ações pontuais, não caminhando para o enfoque do direito de cidadania, logo as políticas devem forçar mudanças estruturais no país.

Segundo Aranha (2004) a mudança de uma realidade social marcada pela fome pressupõe uma intervenção global que considere as diversas faces desse complexo fenômeno. Dentre os diversos atores que interferem nessa realidade – Estado, mercado, família e organizações da sociedade - o Estado desempenha importante papel, tanto na condição do modelo de desenvolvimento econômico produtor e reproduzidor da fome como em amenizar as conseqüências desta.

A inclusão da questão da segurança alimentar no planejamento social e econômico das cidades e das regiões metropolitanas torna-se fundamental para priorizar mecanismos que disponibilizem e facilitem o acesso da população ao alimento, a regulação pública para que a população não fique vulnerável as variações do mercado e a necessidade de mudança do enfoque das políticas publicas em torno da questão alimentar, estimulando a produção familiar e o consumo saudável de alimentos.

Quanto mais garantida a integração das diversas áreas envolvidas no tema da SAN, estimuladas as diversas parcerias – intergovernamental, entre as três esferas de governo, entre a sociedade civil, entre a iniciativa privada – e promovidos os devidos canais de participação popular e controle publico sobre as ações estatais, maior possibilidade de consolidação efetiva dessa política.

Desta forma, o aumento da formação de grupos sociais, que tem como público alvo grupos de risco (como exemplo, crianças até os seis anos de idade) como a Pastoral da Criança, estão se fortalecendo, porque diminuem a dificuldade da comunidade em obter alimento de boa qualidade em quantidades suficientes sem comprometer outras necessidades essenciais para manutenção da sua qualidade de vida.

2 - Pastoral da Criança enquanto movimento social

A PC é uma organização comunitária, de atuação nacional e internacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade e na partilha do saber. Seu objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, da concepção aos seis anos de idade, em seu contexto familiar e comunitário, fortalecendo o tecido social e a integração a partir de ações preventivas de saúde, orientação quanto à nutrição, higiene, cidadania, gestação, prevenção de doenças, educação infantil, educação ambiental e entre outros assuntos a

segurança alimentar e nutricional às famílias. Para que as mazelas que as afetam tanto – fome, obesidade e desnutrição – sejam minimizadas e não tenham o seu direito de se alimentarem adequadamente violados.

É um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não faz distinção de cor, raça, gênero, crença religiosa ou política. Como já dito anteriormente além de trabalhar no Brasil a PC atua em outras regiões do mundo, titulada como Pastoral da Criança Internacional que foi instituída em Montevideu, em 2008 no Uruguai. A PC foi oficializada quando em 1983, a pedido da CNBB a Dra. Zilda Arns iniciou o projeto-piloto em Florestópolis, Paraná.

Após 26 anos a PC conta com mais de 240.000 voluntários – nível comunitário – que levam solidariedade e conhecimento para as comunidades mais pobres. Assim, criam condições para que elas sejam protagonistas de sua transformação social. Aproximadamente 75% dos recursos são gerenciados diretamente pelas equipes regionais, nos setores, que distribuem às equipes de ramo e comunidades, para possibilitar o trabalho voltado à população necessitada.

Constitui-se de forma geral pelo: Conselho Diretor que administra o patrimônio social e promove o bem geral dos beneficiários; Assembléia Geral que deve apreciar as prestações de contas de todos os recursos recebidos, suas fontes, como foram empregados, saldo disponível e situação patrimonial; Coordenação Nacional que deve promover e animar a PC em nível nacional, articular-se com organismos governamentais ou não-governamentais, nacionais e internacionais, para soma de esforços e captação de recursos a fim de melhor atingir os objetivos institucionais; Coordenador Estadual deve gerenciar e coordenar as ações do Estado, visitar anualmente todos os Setores, de acordo com planejamento e cronograma, dando prioridade aos que mais precisam de apoio; Coordenador de Núcleo substitui o coordenador estadual nas funções que este delegar, participa das Assembléias do Estado com direito à voz; Coordenador de Setor que deve gerenciar os recursos financeiros recebidos: apoio financeiro mensal, apoio financeiro de líderes, capacitações, doações, promoções, e outras fontes; Coordenação de Área deve visitar os ramos e comunidades da sua área, priorizando as que estão iniciando, ou que estão com dificuldades, para animar a caminhada e orientar a prática das ações a serem desenvolvidas com as famílias; Coordenador de Ramo deve acompanhar o Líder dando orientações para melhor desenvoltura do trabalho e esclarecimentos sobre as dúvidas que surjam ao longo do serviço voluntário; Coordenador de Comunidade é exercida por um dos líderes da comunidade que por

atuarem na sua própria comunidade, conhece bem a família e as condições em que ela vive e, junto com ela, busca maneiras de melhorar a realidade, o líder também orienta as famílias sobre os seus direitos e deveres e contribui para prevenir a violência (Figura 1).

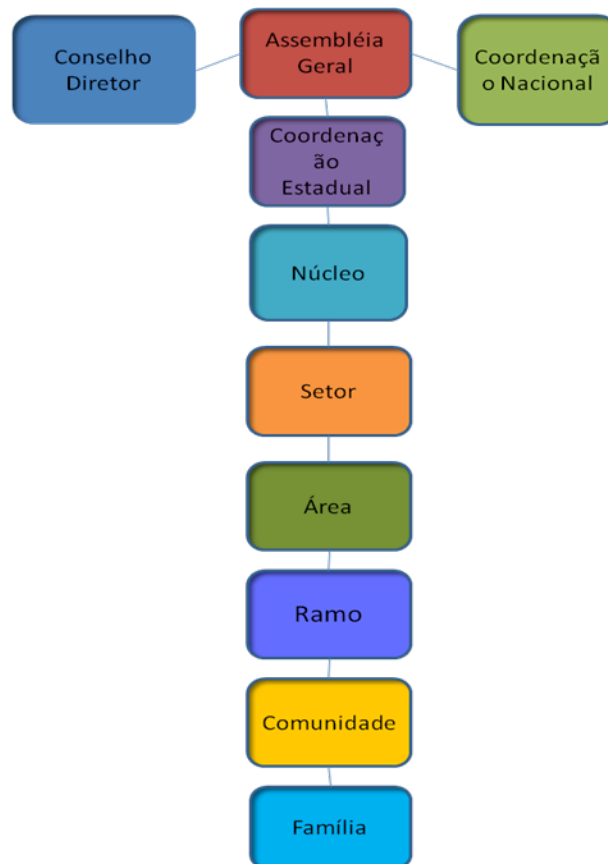


Figura 1. Organograma da Pastoral da Criança.

Fonte: Elaborado por Souza (2009).

As ações dessas pessoas ajudam a reduzir a desnutrição, a mortalidade infantil e ainda promovem a paz e a justiça social nos grandes bolsões de pobreza e miséria do país. O instrumento fundamental dessa estratégia é a formação de uma rede solidária de apoio às famílias mais pobres, em especial às mães ou aos responsáveis pelas crianças.

A PC capacita todos os seus voluntários para que a soma da solidariedade com o conhecimento resulte no fortalecimento do tecido social e na transformação da realidade das comunidades mais pobres. Pois para que o voluntário possa realizar o seu trabalho e gerar transformação social em sua comunidade, ele precisa sentir-se preparado e munido de ferramentas adequadas.

Para multiplicar o saber e a solidariedade, foram criados três instrumentos utilizados a cada mês: a visita domiciliar as famílias com gestantes e crianças menores de seis anos; o dia do peso, também chamado de dia da celebração da vida; e a reunião mensal para avaliação e Reflexão.

Nesse encontro, os coordenadores observam a realidade das famílias que acompanham, identificam as causas e conseqüências de determinada situação, unem esforços e avaliam quais alternativas podem ajudar as famílias ou a comunidade.

A partir desta breve explanação sobre a PC é possível observar que ela utiliza o trabalho em rede e a articulação como metodologia de atuação. De encontro a essa metodologia é possível resgatar um marco importante que a reforça, que foi a realização do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) impulsionou a articulação de entidades, movimentos sociais da sociedade civil organizada, indivíduos e instituições que se ocupam da questão da segurança alimentar e nutricional.

O FBSAN tem como um dos seus objetivos: Mobilizar a Sociedade em torno do tema da Segurança Alimentar e Nutricional e colaborar para a formação de uma opinião pública favorável a esta perspectiva; Fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação; Inserir a temática na agenda política nacional, estadual e municipal e colaborar para o debate internacional sobre o tema; Inserir a temática da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda dos governos nos diferentes níveis. Diversas ações sucederam-se nas esferas de governos estaduais e organizações da sociedade civil, inserindo o debate na pauta de entidades sindicais, sociais (Pastoral da Criança e da Terra), movimentos populares e universidades.

Existem diversos tipos de movimentos sociais, Santos (2008) diz que após a década de 70 e 80 alguns assumiram características reformistas que, em geral, desenvolveram-se segundo os interesses das classes dominantes, por iniciativa do poder público. E os transformadores que estão relacionados á resolução das injustiças sociais, na qual a PC está inserida, pois seu trabalho expressa-se através de uma rede de atuação.

Todas essas buscas pela melhoria da qualidade de vida emergem no cenário urbano em virtude do processo de empobrecimento das camadas populares e das contradições produzidas pela urbanização capitalista (SANTOS, 2008).

Para Santos (2008) os movimentos sociais urbanos são assim denominados por atuarem sobre uma problemática urbana como, o uso do solo, implementação ou melhoria dos serviços públicos, qualidade de vida, sendo esses reivindicatórios relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania. Logo após relatar as atividades da PC percebe-se grande semelhança desse grupo de ação social com os movimentos sociais urbanos. Que ao longo do tempo, pressionados pelas demandas sociais e pelo acúmulo de lutas

em prol do tema em diversas partes do país, os governos – em especial, o federal - foram, paulatinamente, delineando aquilo que conforma o atual conjunto de iniciativas brasileiras em prol do DHAA (VALENTE et al., 2007) e a manutenção da SAN.

Esse fato se torna relevante quando Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) cita no Comentário Geral 12⁹, alegando que os Estados devem facilitar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada em países que enfrentam sérias limitações de recursos, para que os indivíduos ou grupos populacionais de seus territórios exerçam plenamente o seu direito de se alimentarem adequadamente. Nesse sentido, as atividades de auxílio aos países necessitados mostram ser estimuladas e realizadas pela PC para a promoção de atividades para redução da mortalidade infantil e materna, da desnutrição e da violência familiar, bem como o desenvolvimento integral das crianças, desde a sua concepção, em seu contexto familiar e comunitário.

Para Santos (2008) os movimentos sociais se colocam contra uma determinada situação de vida e, com base em sua organização, procuram mudar esse estado de coisa (*status quo*), podendo usar ou não a força física e a *coerção*. E reforça dizendo que os movimentos sociais brasileiros em geral raramente usam a força física.

Para Castells (1999) os movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contrárias a ordem social vigente urbana/rural, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não, numa correlação classista e em última instância, o poder estatal. Desta forma pode ser notado que a PC não atua através de ações revolucionárias no sentido *stricto sensu*, mas sim no sentido *lato sensu* com base na solidariedade e na multiplicação do saber para o fortalecimento do tecido social das comunidades.

PERICO (2008) reconhece que a falta de mecanismos de participação da sociedade em assuntos cruciais se traduzem em dispersão da ação pública e da participação social. Por esta razão é de suma importância, que a sociedade civil¹⁰ se organize para que esses

⁹ O Comentário Geral 12 (CG 12) do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU apresenta recomendações específicas aos Estados sobre como operacionalizar o DHAA. Dentre as recomendações centrais, destaca-se a importância concedida à necessidade de revisão das políticas públicas para a incorporação da realização do DHAA, além da revisão da legislação nacional com o mesmo objetivo. Deixando claro que o DHAA é inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos.

¹⁰ Quando Gramsci citado por Duriguetto et al. (2009) diz que Sociedade Civil, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias que tornam, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais. E para complementar o conceito Duriguetto et al. (2009) diz que, além disso, sociedade civil foi transformada em uma esfera supostamente situada para além do

problemas sejam reduzidos na sociedade brasileira e no mundo. Pois é contraditório, um país com uma grande escala de produção agrícola, possuir indivíduos que não têm acesso a alimentos de boa qualidade em quantidades suficientes para o desenvolvimento humano.

VALENTE et al. (2007) diz que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e o fortalecimento da capacidade de exigir a realização de direitos humanos requer uma verdadeira revolução cultural dentro da sociedade e da estrutura administrativa do Estado. Através de informações e orientações repassadas às famílias pela PC, é provável que consigam individual ou coletivamente estimulá-las a exigirem seus direitos em relação a realização do DHAA diante dos órgãos responsáveis, sem discriminação de raça, credo, cor.

Nesse sentido, do ponto de vista da ação movimentalista, a PC apresenta as várias dimensões definidoras de um movimento social (identidade, adversário e projeto). Unem-se pela força de uma identidade coletiva (religião) – a identidade; para combater a desnutrição e a mortalidade infantil– o adversário; os projetos da PC promovem a solidariedade e a justiça social nos grandes bolsões de pobreza e miséria do país– o projeto.

Esse relato confirma a importância que o trabalho do líder da PC tem ao realizar visitas mensais às famílias acompanhadas. Pois como dito anteriormente, é nesse momento que pode ser desenvolvido um trabalho mais pessoal e direcionado às necessidades de cada família, de acordo com o que elas vivenciam levando em consideração seus valores e a cultura do local. Sendo essa a oportunidade do voluntário conhecê-la melhor e partilhar conhecimentos e experiências sobre diversos assuntos.

A partir desta metodologia de atuação a PC se aproxima do enfoque dos historiadores ingleses na qual o autor Thompson recupera questões como valores, cultura e diz que é importante entender como as pessoas vivenciam as situações de carência e como se mobilizam para enfrentá-las (Gohn citado por Santos, 2008).

3 - Metodologia

A metodologia foi baseada nas pesquisas qualitativas por ser este o método que mais se adequou a dinâmica estabelecida para realização dos objetivos. Pois essa metodologia

Estado e do mercado, cabendo a ela uma atuação na área social, sob o invólucro da solidariedade, da filantropia e do voluntariado.

permite que o pesquisador interprete, compreenda fatos e informações, na busca de soluções para o problema proposto (ROCHA e BARRETO, 2008).

Boaventura, quando citado por Rocha e Barreto (2008) diz que considera a pesquisa qualitativa como fonte direta de dados no ambiente natural, em toda a sua complexidade.

Dentro das opções de pesquisa qualitativa, a escolhida para construir a metodologia do trabalho em questão será a de estudo de casos. Pois Gil citado por Dias et al. (2008), afirma que o estudo de casos permite aliar aspectos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tanto de caráter exploratório, como também com maior detalhamento e aprofundamento do conhecimento e análise do problema de pesquisa.

De acordo com Yin, quando foi citado por Dias et al. (2008), o estudo de casos pode ser dividido em três diferentes tipos: estudo exploratório, estudo descritivo e estudo explanatório. Para a construção deste trabalho o tipo utilizado foi o estudo exploratório, “[...] tendo como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinentes a inquirições adicionais.”.

A pesquisa de campo foi a metodologia aplicada na pesquisa com, a coleta de dados é realizada “em campo”, onde os fenômenos ocorrem de forma espontânea, sem a interferência do pesquisador. Os dados coletados foram analisados logo após a ida a campo. E para isso foram utilizados diversos métodos, tanto para coleta (entrevista, questionário, formulário etc.) quanto para análise (tabulações de dados, elaboração de gráficos, quadros, mapas, interpretação e conclusão) (ARAUJO et al., 2008).

Logo todas as formas de obtenção dos dados foram realizadas através de inserção do pesquisador nos fenômenos sociais com o contexto de vida real das pessoas – os coordenadores e voluntários – que realizam toda a construção do objetivo do grupo. Baseando-se nas declarações para uma melhor construção.

Outra citação que reforçou ainda mais a utilização desses métodos para melhor desenvolver a pesquisa foi a de Martins, quando foi citado por Dias et al. (2008), que alega que existe uma variedade de técnicas de coleta de dados que podem ser utilizados para esclarecimento dos múltiplos aspectos do campo da pesquisa como: entrevista estruturada e/ou semi-estruturada (utilizada no primeiro contato com as coordenadoras), questionário (utilizado diretamente com as famílias e gestores diretos e indiretos), observação participante (visitas nas atividades, como reuniões, encontros e festas do grupo), análise de conteúdo, do discurso e outras.

Neste sentido o trabalho foi dividido em dois momentos, a fase exploratória e a pesquisa de campo. Fase exploratória ocorreu no período de Setembro de 2009 a Janeiro de 2010, utilizando o roteiro de entrevista semi-estruturada. E a pesquisa de campo foi realizada a partir da coleta de dados no período entre Janeiro e Fevereiro de 2010, utilizando como eixo o roteiro de entrevista guiada. Ambos com a finalidade de caracterizar as atividades da PC, com a possibilidade de promover maior divulgação do grupo e incentivo para que outros sejam estabelecidos.

5 – Resultados e discussão

Diante de um contexto em que a PC baseia seu trabalho na solidariedade humana e na partilha do saber, a partir de ações de caráter preventivo e que fortaleçam o tecido social e a integração entre a família e a comunidade. Esse é um passo muito importante já que os movimentos sociais urbanos possuem interesses incompatíveis com a ordem social e política existente. Sendo essa metodologia aplicada pelo grupo uma forma de mostrar que existem pessoas que estão em um estado de insegurança alimentar, porque se não houvesse não teria razão para o grupo existir.

Quando Pessanha, citado por Arruda (2006) diz que nas últimas décadas, a segurança alimentar vem se constituindo em um tema recorrente no país, provocando amplo debate, público e governamental, sobre os objetivos e critérios prioritários para o planejamento e construção das políticas públicas para implementá-la no território nacional. A coordenadora de comunidade da PC alega que isso não é o que de fato ocorre na região estudada.

Inúmeras experiências de ações e programas voltadas para o fortalecimento da segurança alimentar foram implementadas nas distintas instâncias de governo (central, regional e local), e as organizações sociais, civis, empresariais, setoriais e político-partidárias têm lançado ao debate público diversas propostas de políticas específicas de superação da pobreza e garantia da segurança alimentar no país (ARRUDA, 2006). Mas essa parte fica somente sendo discutida na academia, as ações de fato estabelecidas nessas propostas não chegam onde deveriam chegar, no público alvo, que está em situação de vulnerabilidade social.

De fato todos esses problemas que afetam as famílias carentes não seriam resolvidos apenas pela orientação dessas pessoas por profissionais qualificados, mas sem dúvida, este é um dos passos iniciais importante para a resolução destes.

A partir da análise das entrevistas a preocupação com a família em todos os aspectos necessários para um bom desenvolvimento das crianças foi confirmada. Os voluntários que disponibilizam o seu tempo e mão de obra, para a realização dos objetivos da PC, possuem a consciência da importância de uma boa alimentação e para sua realização o trabalho tem que ser uma via de mão dupla, ou seja, não basta que apenas os voluntários se esforcem a se capacitar para orientar as famílias carentes da melhor maneira possível, as famílias também devem ter um papel pró-ativo na superação de seus problemas.

É bem verdade que novas versões de políticas públicas vêm ampliando crescentemente o seu público incorporando uma gama muito mais ampla de atores, ao mesmo tempo em que foram criados instrumentos de apoio e valorizados outros aspectos como exemplo, o incentivo à participação cidadã.

Assim como Carneiro e Maluf (2005) citam a valorização dos vários papéis desempenhados pelos agricultores familiares nos programas de segurança alimentar, como produtores de alimentos diversificados e de qualidade, como preservadores de conhecimentos e práticas tradicionais. Podem-se extrapolar estes papéis aos agricultores urbanos, principalmente ao levar em conta algumas peculiaridades, a começar pelo elevado nível de pobreza e o grau de desigualdade social a que estes estão submetidos em áreas de grande vulnerabilidade social nas periferias dos centros urbanos.

6 – Conclusões

Mesmo que preliminarmente, já é possível afirmar que as entrevistas realizadas com os coordenadores diretos e indiretos do grupo, confirmam a hipótese de que as atividades da PC minimizam o estado de insegurança alimentar das famílias. Durante a realização da pesquisa bibliográfica sobre os temas referentes ao trabalho, nas entrevistas e nas visitas de campo foi possível perceber que o discurso acadêmico sobre a Segurança Alimentar e Nutricional é relevante, no entanto, toda essa discussão não chega às famílias em situação de pobreza, fato percebido nas diversas conversas informais no momento da apresentação da pesquisa para as famílias atendidas pela PC, em que foi possível constatar que elas não conheciam sobre os temas. Além disso, foi possível constatar a necessidade de incluir no conceito de SAN a necessidade da orientação e acompanhamento das famílias carentes para que elas possam se alimentar de uma forma adequada.

O caminho para avançar e superar a realidade sistemática de violações do DHAA está tanto na capacidade da sociedade civil e dos titulares de direitos, no que se refere à

capacidade de exigir a realização dos Direitos Humanos, quanto no fortalecimento das competências das instituições, membros de Conselhos de Políticas Públicas e Direitos Humanos e dos gestores e funcionários públicos para desenvolverem as ações necessárias ao cumprimento de suas obrigações/responsabilidades visando o respeito, a proteção, a promoção e o provimento do DHAA.

As ações das pessoas que trabalham voluntariamente na PC ajudam a reduzir a desnutrição em áreas marginalizadas, a partir da orientação que oferecem aos responsáveis pelas crianças atendidas.

Apesar dos ganhos conquistados a partir das políticas públicas voltadas para a garantia da SAN, o número de pessoas que possuem o seu direito de se alimentar adequadamente violados ainda é alto. Sendo necessária uma série de ações articuladas entre atores sociais diversos e organizados.

Importante também destacar que para pensar numa política social que vise o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos é necessário garantir o direito de escolha da população. Garantindo o acesso às informações necessárias, principalmente em relação aos hábitos alimentares saudáveis, é fundamental que a população tenha liberdade para escolher o seu próprio alimento. Não existirá emancipação da população se ela não for capaz de gerir seus próprios processos.

Referências bibliográficas

ARANHA, A.V. **Segurança alimentar, gestão pública e cidadania**. In: Segurança Alimentar Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ARAUJO, E.C; LEAL, J.C; OLIVEIRA, M.L.D. **Pesquisa de Campo**. In: ROCHA, N.M.F; BARRETO, M.O. **Metodologias qualitativas de pesquisa**. Salvador: Fast Design, 2008. Cap.7

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. [s.n.] Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas, 2006.

CARNEIRO, M.J.T.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM** (UnB), v.V, p.43 - 58, 2005.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS, L.L.; SANTOS, L.M.; LIMA, L.F.S.; GALINDO, M.C.S. **Estudo de Caso: uma reflexão teórica**. In: ROCHA, N.M.F.; BARRETO, M.O. Metodologias qualitativas de pesquisa. Salvador: Fast Design, 2008. Cap. 4.

DURIGUETTO, M.L.; SOUZA, A.R.; SILVA, K.N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Rev. Katálysis** [online]. vol.12, n.1, pp. 13-21, 2009.

EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Que todos tenham acesso a um ensino de qualidade é o princípio da educação para a cidadania**. Disponível em: <ww1.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=3243> Acesso em: 28 de Ago. 2009.

HECK, S. **Educação cidadã, um desafio para a participação popular**. In: Segurança Alimentar Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MALUF, R.J. **Segurança alimentar e nutricional**. Coleção Conceitos Fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MARQUES, M.; COSTA, C. **Implementação de Centro de Referencias Local em Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

MENEZES, F. **O Conceito de Insegurança Alimentar**. In: ACTION.AID. As Faces da Pobreza no Brasil: programa de trabalho. Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, 1999.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M.M. Quintais na Cidade: a Experiência de Moradores da Periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, no 0, setembro, 2004.

PAGANINI, S. **Combate à fome nas grandes cidades**. In: Segurança Alimentar Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PERICO, R.E. **Articulação de políticas e participação social**. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (orgs) Articulação de políticas públicas e atores sociais. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 8)

ROCHA, N.M.F.; BARRETO, M.O. **Metodologias qualitativas de pesquisa**. Salvador: Fast Design, 2008. Cap.1

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, R. B. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, T.J. **Fome Fera Homicida**. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004. Disponível em: <www.consultapopular.org.br/formacao/realidade-brasileira/trabalhos-de-conclusao-do-curso-realidade-brasileira-de-sao-paulo-2005-turma-luiza-mahin/turma-

paulo-freire/Trabalho%20de%20Conclusao%20-%20Tereza.pdf/view> Acesso em: 11 Dez. 2008.

SOUZA, R. S. **Identificação dos atores sociais que participam ou estimulam ações de agricultura urbana relevantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

VALENTE, F.; FRANCESCHINI, T.; BURITY, V. **A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.** Brasília: ABRANDH, dezembro/2007.